



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 16 DE OUTUBRO DE 1996

Senhora Presidenta do Conselho do Comunidade Solidária, Dona Ruth Cardoso; Senhor Vice-Presidente da República, Doutor Marco Maciel; Ministro do Trabalho, Paulo Paiva; Ministros de Estado que nos acompanham; Senhores Parlamentares; Líderes do Governo; Senhora Fernanda Bornhausen, que fala pelo Fórum dos Secretários do Trabalho; Doutor Roberto Marinho; Senhor Presidente da Fiesp, Dr. Carlos Eduardo Moreira Ferreira; Senhores Presidentes das organizações patronais que aqui se encontram; Senhores Líderes Sindicais; Senhores Signatários dos protocolos e convênios; Senhoras e Senhores;

Foram tantos os protocolos e os convênios, que quase de faz dispensável a minha palavra. Os atos falam com mais força do que a palavra, que vai apenas juntar a ações muito concretas do Ministério do Trabalho, dos demais Ministérios e da sociedade civil algumas perspectivas, talvez, e alguma confiança.

Quero, em primeiro lugar, agradecer as exposições feitas pela Doutora Fernanda Bornhausen e pelo Ministro Paulo Paiva. Chama a atenção, no Brasil de hoje, que, em assuntos dessa relevância e

magnitude – e dessa expressividade, principalmente numérica, pelo volume de recursos aqui anunciado pelo Ministro do Trabalho –, os discursos tenham sido feito por pessoas que, ao invés de usarem da retórica, usam da sinceridade, da simplicidade e da afirmação clara do que se está fazendo.

Acho que nada melhor para mostrar o que é o desafio do Brasil de hoje, diante do problema do trabalho, da formação profissional, do emprego, do desemprego, da necessidade imperiosa de ampliar o número de pessoas que participam da sociedade produtiva, do que a maneira pela qual tanto os Secretários de Trabalho como o Ministro do Trabalho apresentaram esses programas.

O Brasil já está cansado da retórica, há muito tempo. Hoje, nós queremos atos, nós queremos simplicidade, nós queremos convergências. E é isso que está sendo ressaltado aqui, nesta manhã.

Devo dizer, com toda sinceridade, que, como Presidente da República, habituado a participar dessas solenidades, raramente vi uma tão profunda no seu significado como esta. Devo dizer que ela me toca também profundamente, o que é compreensível, com as responsabilidades que tenho, com as dificuldades imensas com as quais nós todos nos defrontamos – digo “todos”, e friso o “todos”, quer dizer, os líderes sindicais que aqui estão, os líderes empresariais, os funcionários, aqueles que participam da sociedade civil, os membros do Comunidade Solidária, os ministros.

Esse desafio que todos enfrentamos é muito grande. Quantas vezes eu mesmo, ao participar, no início do Governo, de algumas solenidades nas quais afirmava que faria isso e aquilo, me dava uma certa preocupação na consciência: “Será? Será que vamos, mesmo, ser capazes de fazer?”. Hoje, não estamos mais nessa etapa: nós estamos fazendo. E, quando digo “nós”, é “nós” mesmo. Não vão interpretá-lo como plural majestático. Não é isso, não. Somos nós, é o Brasil inteiro que, realmente, tomou um rumo.

O Ministro Paulo Paiva falou, no início da sua exposição, que o Brasil tem rumo. Eu digo sempre isso. Tem rumo e o rumo é nosso, dos brasileiros, não é rumo de um presidente, de um governo, de um

partido. É rumo de uma nação. E um rumo tranquilo, que sabe que o trabalho é imenso, que as dificuldades são imensas, mas que confia e vai enfrentá-las.

Quem não sabe, hoje, que nós temos que fazer um enorme esforço para gerar empregos? Quem não está olhando o que acontece pelo mundo afora? Todos nós estamos olhando. E não estamos olhando, cruzando os braços e dizendo: “Aqui é uma ilha de prosperidade.” Não é. Vivemos todos no mesmo oceano, às vezes tempestuoso. Mas sabemos, também, que temos de aproveitar a lição do que ocorre em outras partes do mundo, nos dois sentidos: de fazer o que é bom, e lá foi feito; e de evitar o que é mau, que, muitas vezes, lá foi feito também.

O desemprego é um grande desafio. Chovo no molhado. O próprio Ministro do Trabalho dos Estados Unidos, William Reich, há quanto tempo, mencionava essa questão – antes de ser ministro, e lá nos Estados Unidos. É um grande desafio. Mas, ao dizer que é um grande desafio, ao reconhecer que ele existe, olho para a minha cidade de São Paulo, para as indústrias do meu Estado e percebo que é um fato real, ali. Portanto, ao expressar a preocupação, que é minha e, tenho certeza, é de todos nós, com respeito a essa situação – como a outras, que eu poderia descrever, que, por sorte, já foram aliviadas, como em Santa Catarina, onde ainda existem, ou no Rio Grande do Sul –, não posso, por outro lado, deixar de dizer que, apesar das dificuldades, nós vamos enfrentá-las. E essas medidas, que estão sendo tomadas, serão tomadas todas as vezes que for possível. Nós voltaremos a esse tema inúmeras vezes, porque é um tema central do mundo contemporâneo.

Ao dizer que vamos voltar a nos debruçar sobre essa questão, não estou dizendo que não vamos, também, aliviar as dificuldades. Vamos, sim. Disse o Ministro, e disse com razão, que as taxas de desemprego deste semestre são menores do que as do semestre passado; que, daqui, olhando para o futuro, há condição de existir poupança e investimento; e, com um bom governo, será possível diminuir ainda mais as taxas de desemprego. Essa é a nossa luta. Essa é a luta dos

sindicalistas. Essa é a luta dos empresários. Essa é a luta de todos os homens de consciência neste país.

Ainda recentemente, eu disse que não pode derivar do que acontece em outros países – e repeti esta manhã – que o nosso percurso tenha que ser o mesmo. É verdade que a globalização, o desenvolvimento tecnológico, a substituição crescente da mão-de-obra pela máquina produzem efeitos no emprego. Mas também é verdade que, quando se olha o índice de desemprego nos Estados Unidos ou no Japão, ele é sensivelmente menor do que, digamos, na Espanha, na França ou na Argentina.

Por que o Brasil vai imitar aqueles que têm índices altos? Por que não tomar o exemplo dos Estados Unidos ou do Japão? E por que não fazer o nosso próprio caminho? Na verdade, é o que vamos fazer, olhando para esses problemas.

Por que nos Estados Unidos o nível de desemprego é menor? Porque há muito investimento, muita diversificação e porque, ao contrário do que muita gente pensa, a economia americana não está baseada só na grande corporação: ela está baseada numa pluralidade imensa de pequenas e médias empresas. Lá, a agricultura não oferece quase nada de emprego. A categoria “fazendeiro” foi retirada do censo dos Estados Unidos, porque já não os há. Há empresas que estão no campo.

Não obstante, o desemprego, hoje, nos Estados Unidos é de 5,3%. O nosso será hoje, na média nacional, de 5,7% ou 5,8%. Nós nos aproximamos da taxa americana. No Japão é menor, é de 3%. Na Espanha, 16%; e por aí vai. Em outros países, o desemprego é bastante acentuado. Mas alguns países tomaram medidas. Uns, pela sua extensão territorial – é o caso do nosso país – puderem multiplicar ações. E se, no presente, os Estados Unidos já não dispõem de uma fronteira agrícola, o que marcou a industrialização americana, em outra época, foi o fato de que, ao mesmo tempo que a sociedade americana se industrializava, ela abria a fronteira agrícola. Não é essa, por acaso, a situação do Brasil?

Nós, aqui, não estamos abrindo a fronteira agrícola nos dias de hoje e, ao mesmo tempo, industrializando? Não estamos, portanto,

ao mesmo tempo, enfrentando a automação, o desemprego gerado pelas novas formas de produção e ampliando a fronteira agrícola? Vamos ter que ampliá-la, e mais. A ampliação da fronteira agrícola, em si só, não basta. Vamos, sim, fazer programas específicos para a economia familiar. Aí está o Pronaf. Vamos, sim, fazer esforços grandes, como estamos fazendo para o assentamento rural: aí estão os esforços da reforma agrária. E vamos, sim, aumentar a formação profissional, a criação de novas profissões, o ensinamento dessas novas profissões. Aí está o Proger, aí estão os programas do Comunidade Solidária na formação profissional.

E aí está esse esforço imenso de juntar tudo isso com tecnologia moderna na Fundação Roberto Marinho, na Fundação Roquete Pinto; o esforço do Ministério da Educação de estender, através de postos de telecomunicação, de televisões e de antenas especializadas, antenas parabólicas por 50 mil escolas do Brasil afora. E não só nas escolas, porque, crescentemente, as empresas também o fazem. E aí está esse imenso esforço que nós, brasileiros, fazemos com simplicidade, com a iniciativa privada, o poder público, os trabalhadores, a sociedade civil. Juntamo-nos para enfrentar os problemas. Isso é novo. Isso é novo, repito. E a condição para que isso exista é a democracia – portanto, o respeito à opinião de cada um, a não-tentativa de utilizar qualquer desses programas para cooptação em função de razões políticas de quem quer que seja, ainda que fosse o Presidente da República, e a inexistência de corrupção, como mencionou aqui o Ministro Paulo Paiva.

São milhões, bilhões de recursos postos à disposição, e não existem acusações nem de corrupção e nem daquilo que é uma praga que vem junto, que é o clientelismo, a utilização dos recursos para fins partidários ou personalistas, etc. Esse é o novo Brasil, o Brasil que confia, apesar dos desafios difíceis e das situações objetivas, muitas vezes dramáticas, de quem perdeu o emprego, da dureza dos pais de família, das mães de família, que têm de postergar, muitas vezes, a possibilidade de uma vida mais tranqüila, porque não encontram um novo emprego. Apesar de tudo isso, nós mantemos a esperança

porque estamos unidos, reconhecendo os problemas e tratando de enfrentá-los.

Também quero reforçar o que disse o Ministro Paulo Paiva: só foi possível descortinar esse novo país por causa da estabilização da moeda, porque nós combatemos a inflação e porque não cedemos às pressões para dar facilidades, hoje, que comem a moeda amanhã. E não vamos ceder. Os ministros da área sabem que o Presidente jamais fez pressão nesse sentido. Se o Presidente não fez, não serão os governadores que farão. Não farão, ou melhor, podem fazer, mas não será por aí o caminho, porque o caminho é o do entendimento, é o da busca efetiva da compreensão, da necessidade do ajuste econômico, das reformas constitucionais, da continuidade de uma luta tenaz pela estabilização da moeda. Vamos continuar com a estabilização da moeda, porque ela é que garantiu a existência, hoje, de recursos.

Eu queria, para não falar demasiado, finalizar dizendo o seguinte: nós estamos, efetivamente, enfrentando esses desafios do desemprego, da inclusão de mais gente na sociedade, dos que nunca tiveram possibilidade de ter um emprego regular. Nós estamos enfrentando esses desafios, por um lado, porque há estabilidade da moeda e, por outro, porque começamos – estamos apenas começando – a botar em ordem a casa. Acontece que hoje há recursos. Não era possível, há dois anos, por mais que nós quiséssemos – e o Presidente Itamar bem que o quis – pôr a desfilar essa quantidade de recursos que aqui desfilou, para mostrar que é possível fazer isso e aquilo. Não havia recursos.

Hoje, temos recursos do BNDES, do FAT, do FGTS. Temos recursos, portanto, na Caixa Econômica, no Banco do Brasil, no Banco do Nordeste e condições para começar a enfrentar essa questão. Estamos entrando numa outra etapa. Qual é a etapa? É a de ter a capacidade gerencial de fazer com que esses recursos realmente atinjam aqueles que deles necessitam. Essa é a etapa. É nela que estão empenhados os presidentes do Banco do Brasil, do BNDES, da Caixa Econômica, do Banco do Nordeste, sabendo das dificuldades, porque nós também sabemos. E, para essa etapa, precisamos da experiência do Sebrae, da experiência das organizações da sociedade civil, dos

sindicatos, do que se chama aqui de Banco do Povo, à disposição do qual o próprio BNDES está colocando recursos.

Já não estamos apenas dizendo que precisamos de recursos. Precisamos de recursos humanos, de boa vontade, de forma de organização mais eficaz, de gerenciamento. Temos que ter a humildade de aprender com o setor privado, onde ele é mais abundante, onde ele existe. Para isso, precisamos de todos os senhores, dos conselhos, como o do FAT. Precisamos daquilo que ressaltaram o Ministro do Trabalho e o Secretário do Trabalho: da participação dos próprios trabalhadores nas decisões importantes. Tudo tripartite.

Houve quem duvidasse da sabedoria de uma decisão que eu tomei, que foi de colocar representantes das centrais sindicais no BNDES. Hoje, fazem parte da diretoria do BNDES, como fazem parte de vários setores de decisão no Brasil. Houve aqueles que duvidavam que a decisão tivesse sido correta, porque os trabalhadores estão ajudando não só a definir os rumos, como a verificar a lisura dos procedimentos – portanto, eles próprios podem ser os avalistas do que se faz. E sabem eles próprios, diretamente, que o dinheiro deles não é usado senão para as finalidades expressas para as quais esses recursos foram recolhidos.

Essa mudança de mentalidade e essa mudança de estruturas – mas no sentido micro, não mais nas grandes estruturas – é que são necessárias. Mas só mudam quando tudo muda junto. Implicam a mobilização da sociedade. É o que garante que esses programas todos, anunciados agora, realmente se transformem em realidade.

É, portanto, para mim, uma manhã de grande satisfação ver os senhores todos aqui, pessoas de tão diferentes ocupações, posições na sociedade e crenças, unidos todos naquilo que é nosso propósito fundamental neste momento. O principal, hoje, é a pessoa humana.

Temos que nos unir para resolver as questões concretas dos que estão sem emprego, dos que nunca tiveram emprego, dos que não têm formação adequada para obter um emprego melhor. E, se mantivermos esse espírito, continuando com essa firmeza que vejo nos senhores, não tenho dúvida nenhuma de que esses obstáculos serão supera-

dos e o Brasil realmente participará, no próximo século, do conjunto de setores da humanidade que poderá dizer que os grandes problemas do homem e da mulher, se não foram resolvidos, estão a caminho da solução e que, portanto, a cidadania e a democracia são não palavras vãs proferidas por políticos, mas condições percebidas pelo próprio povo como indispensáveis para a melhoria concreta de suas famílias.

Muito obrigado aos senhores.